

Redistribuição de Renda e Democracia: mudanças no perfil político brasileiro

Autor: Augusto Berton Vedan
Mestrando Desenvolvimento Econômico UFPR
Email: augustovedan@hotmail.com

Coautor: Doutor Flávio Oliveira Gonçalves
Professor Titular do Departamento de Economia da UFPR
Email: f.goncalves@ufpr.br

Resumo

Este artigo visa demonstrar como as mudanças distributivas do Brasil direcionam a um novo equilíbrio de escolha política pelos agentes. Para tanto utilizou de um índice criado a partir de resultados de eleições anteriores no período de 1998 a 2010, o qual mensura o grau de deslocamento da escolha política frente a medidas redistributivas. Os resultados sugerem que com a melhor distribuição da renda no Brasil durante o período houve um deslocamento da tendência política para a Esquerda. Esse deslocamento acompanha positivamente o montante de transferências de renda de carga tributária nacional, assim como o crescimento agregado. Por fim esse processo redistributivo ainda não apresenta sinais de exaustão.

Palavras Chave: democracia, distribuição de renda, Brasil, Bolsa Família

Abstract

This paper aims to demonstrate how distributional changes in Brazil lead to a new balance of political choice by the agents. For this it used an index created from results of previous elections in the period 1998 to 2010, which measures the degree of displacement of the policy choice facing redistributive measures. The results suggest that with better income distribution in Brazil, during the period, there was a shift of political bias to the Left. This shift follows a positive amount of income transfers national tax burden, as well as, aggregate growth. Finally this redistributive process has not shown signs of exhaustion.

Key words: democracy, income distribution, Brazil, Bolsa Familia

Área Temática: 10

1. Introdução

No decorrer da última década o Brasil tem experimentado uma nova configuração social fomentada por políticas públicas de distribuição de renda. Essas políticas tem ampliado a classe média nacional não só em números absolutos como na conseqüente representatividade política.

As variações na distribuição de renda possuem efeitos significativos sobre o desenvolvimento da economia agregada, principalmente sob um mercado de capital imperfeito. Alguns trabalhos (Easterly, 1999; Galor, 2011) concordam que a presença de uma relevante classe média é importante no crescimento sustentável da economia, seja devido a fatores políticos, capital humano ou de distribuição de investimento (acumulação de capital). Além de que a estagnação institucional devido a concentração de poder político é considerada como um importante limitador do desenvolvimento (Engerman e Sokoloff, 2000).

A Constituição de 1988 foi um grande marco na legitimidade das necessidades sociais e como estratégia no combate a pobreza, somada ao controle inflacionário demandado principalmente pelas classes mais pobres. Sua consolidação se deu na eleição de Luiz Inácio Lula da Silva em 2003, irrompendo em um novo direcionamento político nacional através das escolhas diretas dos eleitores.

Com base na recente história da sociedade brasileira e balizado por teorias que abordam o problema da distribuição da riqueza, o objetivo deste trabalho será demonstrar como as mudanças distributivas e de crescimento do Brasil direcionam a um novo equilíbrio de escolha política pelos agentes.

Para observar essa mudança da tendência política se emprega o direcionamento dos votos de acordo com os partidos políticos eleitos. Através da criação de um índice para quantificação das tendências políticas dos partidos dividindo-os em uma escala de 1-5 entre aqueles que possuem uma preocupação maior com a distribuição de renda e aqueles que se preocupam mais com crescimento econômico, divisão entre Esquerda e Direita no campo político. Assim analisou-se a relação das variações desse índice com o programa de transferência de renda, crescimento e concentração de renda no período entre 1998 e 2010.

Os resultados apontam para um aumento no número de votos dos candidatos eleitos, acompanhados de uma redução da desigualdade em todo país. Além da melhor distribuição da renda há um deslocamento da tendência política para a Esquerda. Esse deslocamento acompanha o montante de transferências de renda e mesmo de carga tributária nacional. O crescimento também respondeu positivamente à distribuição de renda.

O artigo esta organizado como segue. Na segunda seção, Modelo Teórico, a qual aborda as principais interpretações da literatura sobre o tema, define a amostra e os indicadores utilizados para a análise. Em Resultados apresenta-se o computo geral dos indicadores na economia brasileira no período de 1998-2010 para concentração de renda. Na seção Discussão encontra-se a representatividade política, o programa Bolsa Família, carga tributária e crescimento econômico e como esses indicadores direcionam a compreensão do tema. E a quinta para considerações finais.

2. Modelo Teórico

Através do orçamento público os governos perseguem os objetivos de satisfazer as demandas sociais, além de corrigir a distribuição de renda em uma sociedade (NASCIMENTO, 2006). Para estudar esse processo vários autores tentaram analisar o processo de escolha política através de modelagens analíticas.

Alesina e Rodrik (1994) constroem um modelo com dois grupos de indivíduos de uma sociedade: trabalhadores e capitalistas, em um modelo de crescimento endógeno com conflitos distributivos. Eles observaram que a distribuição de renda não afeta o crescimento em regimes não-democráticos, isso é justificado porque as classes dirigentes não vão direcionar suas políticas fora de seus interesses. Enquanto que em democracias os países crescem mais quanto mais igualitária for a sua distribuição de renda. A justificativa para este fenômeno é que sob má distribuição os trabalhadores votarão por uma maior igualdade ao invés de promover políticas de crescimento. Esse modelo encontrou evidências robustas empiricamente.

Gerando assim uma ligação entre o tipo do regime, crescimento e distribuição de renda. Além de uma justificativa na mudança da variação do crescimento em regimes democráticos. Eles complementam que redistribuições de renda da classe rica à média estimulam o crescimento enquanto que redistribuições da classe média à pobre não o faz.

Easterly (1999) segue na mesma linha analítica. Ele conclui em seu artigo que as sociedades polarizadas irão acumular menos capital humano e infraestrutura. Esse efeito se deve, em muito, a uma certa perda ou desvio de recursos existente ao se investir fora da sua própria classe social. O que condiz com o fato de sociedades mais igualitárias terem um nível mais elevado de crescimento, uma vez que não há barreira ao uso de capital.

No trabalho de Galor (2011) e Galor e Zeira (1993) é explorado a ligação entre distribuição de renda e macroeconomia através do investimento em capital humano. Utilizando um modelo de gerações sucessivas eles tentam justificar a diferença de renda entre as economias dos países.

Ao se considerar que os agentes enfrentam um mercado de capital imperfeito a distribuição de renda terá efeitos significativos sobre o desenvolvimento da economia agregada. Isso é aplicado tanto no curto como no longo prazo. Mais especificamente, a porcentagem dos indivíduos que recebem herança e podem investir em capital humano é o fator determinante da capacidade de crescimento da economia. Isto descreve a importância da presença de uma classe média relevante para o desenvolvimento e crescimento da economia.

Em outro trabalho, de Engerman e Sokoloff (2000), constroem uma ampla análise do continente americano tentando diferenciar as características dos países em relação ao seu grau de desenvolvimento.

As primeiras características analisadas, os fatores endógenos de cada país, levam a conclusão de que a busca por territórios desprotegidos nos quais os europeus pudessem explorar e produzir levaram a criação de diferentes formas de organização social, dependendo do tipo de exploração viável. Em países com similaridades à Europa foram construídas colônias de povoamento sem grande concentração de renda (terra, riquezas). Enquanto que países que propiciavam ganhos de escala produtiva como a mineração, gado ou grandes plantações, tiveram um grande processo de concentração de terras que, em geral, incluíam mão-de-obra escrava.

As instituições criadas de maneira distinta dentro desses dois tipos de colonização contribuíram para promover uma persistente manutenção dos padrões produtivos. Apesar

de muitos desses países terem possuído elevados índices de produção per capita a trajetória deles se distanciou com o passar do tempo. As características de concentração de poder político, distribuição de renda e capital humano, procedentes dos fatores endógenos iniciais e sua colonização, parecem ser fatores muito relevantes.

Essa análise traz também a importância da definição de uma ampla classe média na estrutura econômica de um país para que este angarie crescimento e desenvolvimento econômico sustentável. A presença de uma relevante classe média é um fator importante no crescimento sustentável da economia seja por fatores políticos, capital humano ou de distribuição de investimento.

No quesito político a classe média assume uma importante função devido ao teorema do eleitor mediano. Este define que a decisão política é tomada por um eleitor que está exatamente no centro das preferências entre duas opções de política, dividindo em duas metades idênticas a opinião dos outros eleitores. Uma votação na qual o voto de cada eleitor tem peso idêntico - regra da maioria - a definição ou escolha política preferida por esse eleitor será a escolhida. A variação na renda desse indivíduo terá fortes impactos em um regime democrático acerca das definições de gastos públicos.

No Brasil, no decorrer do seu processo histórico de transformação de social, destaca-se a concepção da Constituição de 1988, a qual trouxe a assistência social como um direito ao cidadão, lhe assegurando o acesso gratuito à educação e saúde. Isso inicia um processo de legitimidade das demandas sociais além de permitir uma mudança de perspectiva do assistencialismo ao campo da política pública. Tornando-se assim, uma estratégia no combate à pobreza. Acrescida a necessidade do controle da hiperinflação (ARMIJO, 2004), especialmente pelas classes mais pobres.

A consolidação dessas demandas sociais brasileiras deu-se na gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), o qual ampliou de forma significativa propostas iniciadas pelo governo anterior, como o programa de transferência de renda Bolsa Família. Mas, além disso, cabe mencionar que nesse governo observou-se a expansão da previdência no meio agrário, que agiu como uma transferência de renda importante no intuito de amenizar as disparidades regionais.

Essas mudanças institucionais e de transferência de renda iniciaram um processo de redução da concentração de renda no Brasil.

Com base nesta experiência recente da sociedade brasileira e balizado por teorias que abordam o problema da distribuição da riqueza, será demonstrado como as mudanças distributivas e de crescimento do Brasil direcionam a um novo equilíbrio de escolha política pelos agentes.

AMOSTRA

Para a composição dos dados utilizou-se os dados das eleições nacionais dos anos de 1998, 2002, 2006, 2010 a partir do IBGE e TSE.

Tabela I - Eleitorado brasileiro

Ano	Total	Comparecimento
2010	135.545.108	82%
2002	115.253.834	81%
1998	106.100.596	79%

Fonte: IBGE, TSE 2010

Na Tabela I é possível observar o montante do eleitorado e seu comparecimento nas eleições. O número de eleitores no Brasil cresceu cerca de 28% durante o período de 1998-2010. Com um pequeno aumento relativo no comparecimento às eleições.

Para o presente estudo foram selecionados os candidatos ao cargo de deputados estaduais, eleitos por votação (não por média) em cada período.

O uso dos deputados estaduais é justificado por representar melhor o eleitorado. Como possuem um maior número de ocupação facilitam a análise quantitativa. Além de possuírem um menor viés de acordos políticos como no caso de governadores ou presidentes, que concentram o interesse de vários grupos, tipicamente pela sua posição singular.

Tabela II – Votos dos Eleitos para Deputados Estaduais (DE)

Brasil	Votos dos Eleitos DE	Relação com o Votos válidos
2010	43.779.715	44%
2006	39.354.562	43%
2002	32.321.391	38%
1998	23.656.856	35%

Fonte: TSE, 2010

Na Tabela II encontra-se a relevância numérica dos votos a deputados estaduais eleitos. O crescimento da relação dos votos válidos demonstra uma maior porcentagem de indivíduos representados indiretamente. Esse crescimento foi da ordem de 9 pontos percentuais entre os anos de 1998 e 2010.

ÍNDICES

Utilizando-se como base o trabalho de Bartels (2004) o qual realizou uma análise dicotômica do sistema político americano segmentando-o em Democratas e Republicanos e demonstrando as conseqüências sobre a distribuição de renda nos EUA durante o período de governo de cada partido. Aqui foram levantados os resultados das eleições no Brasil de acordo com os partidos dos candidatos políticos. Considerando os discursos e comportamentos mais voltados ao crescimento e aqueles mais propensos a redistribuição de renda, sinteticamente Direita e Esquerda¹.

Para a análise quantitativa se dividiu os partidos em uma escala de 5 grupos, de modo discricionário, em relação a atuação política e preceitos dos partidos nos últimos anos.

Iniciando em 1 para os partidos mais voltados a políticas de redistribuição de renda, em 3 partidos de “centro”, que não se diferenciam fortemente por essas escolhas, até 5 com partidos mais voltados ao crescimento da economia. Partidos considerados intermediários nessa escala foram colocados nos valores 2 e 4. Vide Tabela III, abaixo. Para o posicionamento dos partidos considerou-se, por exemplo, o PSDB mais próximo de 5 devido a sua aproximação com o DEM, o PT na posição medial por ser o partido do governo sujeito a várias alianças. O PMDB (destarte sua indefinição) segue o PT para fazer parte do poder, e assim sucessivamente.

¹ Atualmente existe um certo consenso no qual qualquer partido no poder buscaria um maior crescimento, entretanto a divisão visa explicar qual o nível de propensão de cada grupo político nesse tema.

Existem, no sistema brasileiro, uma série de partidos pequenos, indefinidos em sua colocação, que seguem (followers) os grupos maiores, variando bastante entre as Unidades da Federação. No caso da ambigüidade esses valores foram descartados.

Tabela III – Distribuição dos partidos por Grupo

5	DEM, PFL
4	PSDB, PTB, PMN, PP, PR, PPS, PSL, PRP, PTC, PHS
3	PMDB, PC do B, PT do B, PV, PT, PSB
2	PSOL, PTN, PDT
1	PSTU, PCB

Por fim para sintetizar essas informações criou-se dois indicadores um para candidatos e outro por número de votantes.

O primeiro (IP candidato) foi construído contabilizando o número de deputados estaduais eleitos em relação ao grupo partidário ao qual este pertencia, dando-lhe um determinado valor entre 1 e 5, simbolizado por ρ . O computo do político do IP candidato é dado pela média desse valor em cada estado da federação.

Assim o índice de cada unidade federativa β é dado para o ano i , com ρ sendo o valor do partido ao qual o candidato pertence, dividido pelo número de candidatos eleitos, N .

$$IP_{\text{cand}}^{\beta i} = \frac{\sum \rho}{N}$$

Para o segundo tipo de índice, o IP votação, foi utilizado o número absoluto de votantes por candidato, determinando pelo somatório do valor do grupo correspondente ao seu partido ρ (entre 1 a 5) multiplicado pelo total de votos recebidos pelo candidato em questão φ , dividido pelo total de votos dos candidatos eleitos do estado correspondente, Φ_i . Também no estado β e período i .

$$IP_{\text{vot}}^{\beta i} = \frac{\sum \rho \varphi}{\Phi_{\beta i}}$$

Este indicador possui um viés, geralmente para baixo, em relação ao IP candidato, pois existem candidatos que concentram grande número de votantes entretanto pertencem a um partido de pouca representatividade ou indefinição de direcionamento político. Levando a uma distorção eleitoral não necessariamente consistente ou sistemática no tempo.

SISTEMA PROPORCIONAL PARTIDÁRIO

O sistema político brasileiro utiliza um sistema proporcional partidário para a eleição de deputados, diferentemente do sistema majoritário para presidente, governadores e prefeitos.

Nesse sistema é definido um valor mínimo de votos para o partido obter uma cadeira na câmara o Coeficiente Eleitoral. O valor é conseguido dividindo-se o número de cadeiras disponíveis pelo número de votos válidos. Assim o partido que conquista esse valor mínimo tem direito a uma cadeira, caso o número de votos seja o dobro do mínimo terá duas cadeiras e assim por diante. Esse valor é chamado de Coeficiente Partidário.

O número de votos recebidos pelos candidatos, individualmente, serve apenas para definir a prioridade para ocupar os cargos conquistados pela legenda.

No presente trabalho tentou-se reduzir essas distorções levando-se em conta o número de votos recebidos pelos candidatos (como acima explicado).

CONCENTRAÇÃO DE RENDA

Para análise do impacto das políticas redistributivas, realização considerada importante do governo atual, foram selecionados dois indicadores de distribuição de renda com relação aos estados nacionais o coeficiente de Gini, mais conhecido, e o de Theil.

3. Resultados

INDICADORES POLÍTICOS

Com relação ao indicador político referente aos candidatos (IP candidato), o valor sintetizado para o Brasil demonstram que a tendência política é de direcionamento à distribuição de renda, partindo da definição inicialmente apresentada.

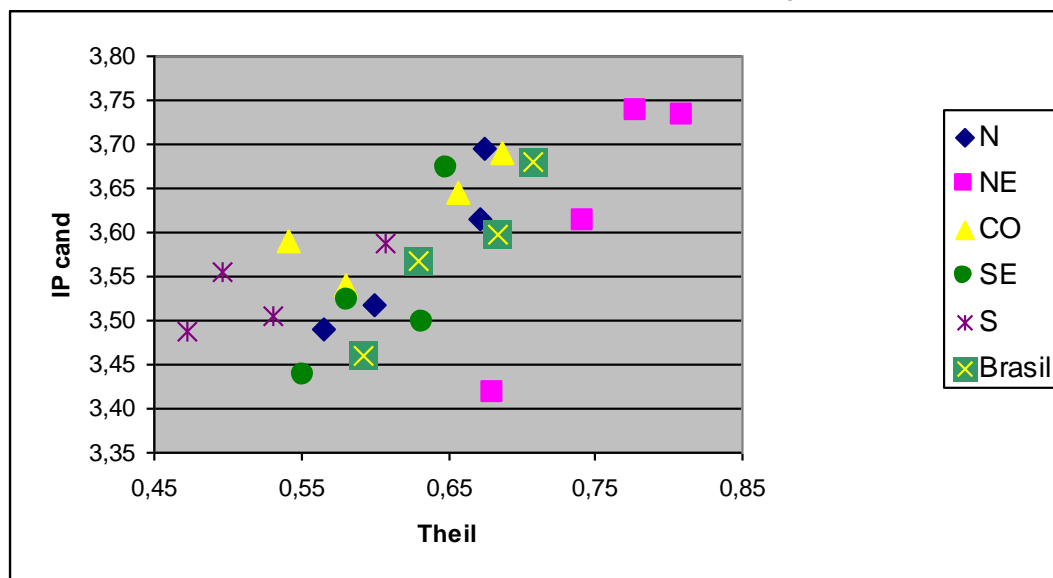
A definição dos partidos dentro dos indicadores foi arbitrária e a escolha dificilmente contentaria a todos na forma de um consenso para o regime político nacional. Entretanto, em decorrência dessa escolha discricionária, não é possível dizer se o público parte de um grau de escolha mais pró-crescimento ou redistribuição.

Contudo os dados demonstram um direcionamento relativo para as políticas de distribuição de renda, em detrimento das políticas de crescimento.

O IP votação apresenta valores abaixo, no geral, do IP candidato e uma variação bastante maior, em decorrência da presença partidária de candidatos com excepcional atratividade de votos, como comentado no item Metodologia.

Tabela IV - Síntese Índice Político (IP) e Indicadores de Distribuição de Renda

Brasil	IP candidato	Gini	Theil
2010	3,46	0,53	0,59
2006	3,57	0,55	0,63
2002	3,60	0,57	0,68
1998	3,68	0,58	0,71

Gráfico I – IP Candidatos por região e Índice de Concentração de Renda.

Dados: TSE e autor

Conforme a Tabela IV pode-se observar uma tendência de queda nos indicadores de desigualdade, demonstrando que durante o período de análise a desigualdade nacional se reduziu. Também se observa que houve uma redução nos valores do IP cand, indicando uma maior demanda por políticas distributivas. Visualmente melhor representada pelo Gráfico I.

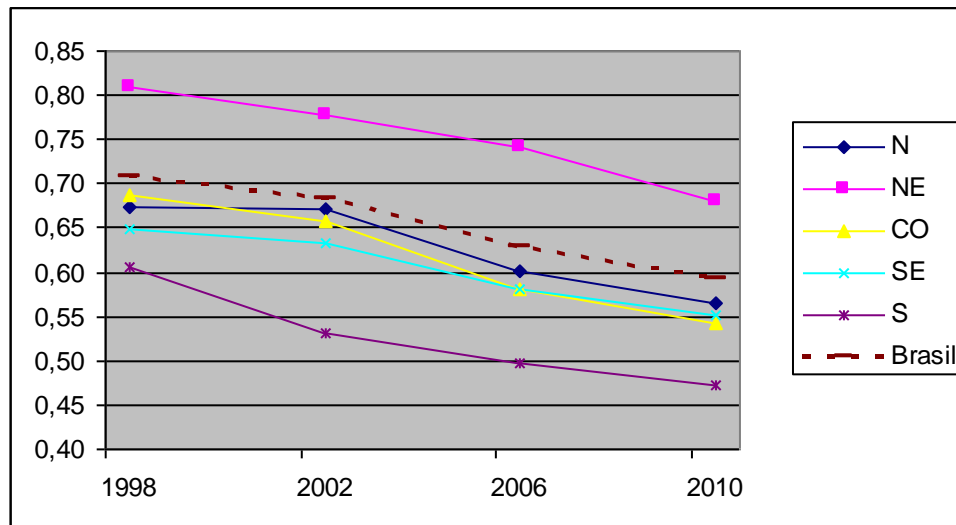
Nota-se uma tendência positivamente inclinada relacionando as variáveis. Ou equivalentemente no decorrer das 4 eleições analisadas, tanto para a síntese geral do país como para as grandes regiões individualmente a execução de políticas distributivas parece ter sido bem vista e demandada pelos leitores. E isso ocorre, mesmo que em menor grau, no Sul.

Houve alguma oscilação no indicador do CO para as últimas eleições, configurando uma espécie de outlier, valor influenciado pelo resultado das eleições em MS e MT, esse último sempre mantendo uma média próxima a 4 de IP candidato. Essa configuração estaria de acordo com a interpretação de ENGERMAN e SOKOLOFF (2000) uma vez que a região apresenta forte concentração de terras até hoje.

ÍNDICES DE CONCENTRAÇÃO DE RENDA

Os indicadores de distribuição de renda apresentaram valores muito correlacionados, entretanto como o índice de Gini é muito sensível a variações do centro de distribuição e pouco nos extremos. De tal modo que o índice de Theil parece trazer uma maior sensibilidade à concentração de renda para o caso nacional. Ambos também seguem um trajeto muito próximo ao levantado pelo IP cand.

Regionalmente a concentração de renda seguiu padrões semelhantes ao nível nacional com redução contínua entre os anos de análise em um formato bastante similar entre as regiões (Gráfico II). A região Sul parece ter um achatamento na repercussão da melhora da distribuição de renda nacional, aqui somente demonstrado valores de Theil devido a sua melhor sensibilidade, conforme explanado acima.

Gráfico II – Índice de Theil por Regiões

Fonte: Ipeadata

Isoladamente apresentam-se alguns dados para demonstrar a heterogeneidade entre os Estados. O Estado de TO, seguindo por MT, foi o estado que apresentou a média mais elevada do índice de IP candidato em todo o país. Com a média de 3,96 e o valor máximo em 1998 de 4,31. O Estado com menor variação foi SC que saiu de 3,70 e terminou em 3,64 em 2010. SP e MG também apresentaram valores estáveis no IP candidato. O Estado com menor média foi Amapá com 3,22, seguido por RS com 3,31. AC e DF foram os únicos que apresentaram piora na distribuição de renda no período, embora DF tenha se mantido estável próximo ao Theil de 0,75. AC foi de 0,62 em 1998 para 0,8 em 2010. Sendo também esse o pior valor para o ano no Brasil. AL é o estado com pior distribuição de renda média durante o período.

4. Discussão

REPRESENTATIVIDADE

Como apresentado nas Tabelas I e II o número de votos nos candidatos eleitos elevou-se, ou seja, do total de votos válidos, aqueles que foram capazes de eleger candidatos aumentaram. Isso pode representar uma maior variabilidade nas escolhas do eleitorado, com um maior leque de representatividade. O que reduziria a polarização política, ou ao menos o seu enfoque.

Outra característica foi um aumento da renda do eleitor médio, decorrente de um aumento da classe média² no período ou também conhecida como classe C³. Essa elevação da renda pode ter direcionado à um novo comportamento do eleitorado demandando por reformas distributivas. Esse pensamento é encontrado em Leventoglu (2007), através de um modelo analítico, no qual as decisões políticas dependem da mobilidade social. Quando a classe observa que seus filhos estarão em uma situação pior que a atual há um estímulo a redistribuição da renda.

² Aqui utilizada no seu sentido mais amplo, um grupo intermediário entre a minoria com alta renda e a maioria com baixa renda.

³ Para uma maior definição de classe média consultar o trabalho de Banerjee (2007).

Outra interpretação poderia ser de um movimento de polarização política a esquerda, embora os valores de IP candidato e votação, que configuram um direcionamento ao centro político, pareçam contrariar essa suposição.

DISTRIBUIÇÃO DE RENDA

Como os valores de IP estão bastante correlacionados aos índices de distribuição de renda das regiões assim como dos estados. Seria interessante observar o impacto das políticas distributivas governamentais, em destaque aqui o Programa Bolsa Família (PBF).

TABELA V - Famílias beneficiárias do PBF em valor da renda média mensal per capita antes e depois do benefício. Dados relativos a 2010.

Região	População* (mil)	Famílias (mil)	Renda Familiar mensal per capita (R\$)	
			Média	Média benefício
Brasil	190.733	12.426	51,09	78,12
Norte	15.866	1.324	44,66	71,84
Nordeste	53.078	6.359	42,68	71,63
Sudeste	80.354	3.058	62,76	87,41
Sul	25.108	1.062	67,25	91,15
Centro-Oeste	11.637	622	65,82	89,95

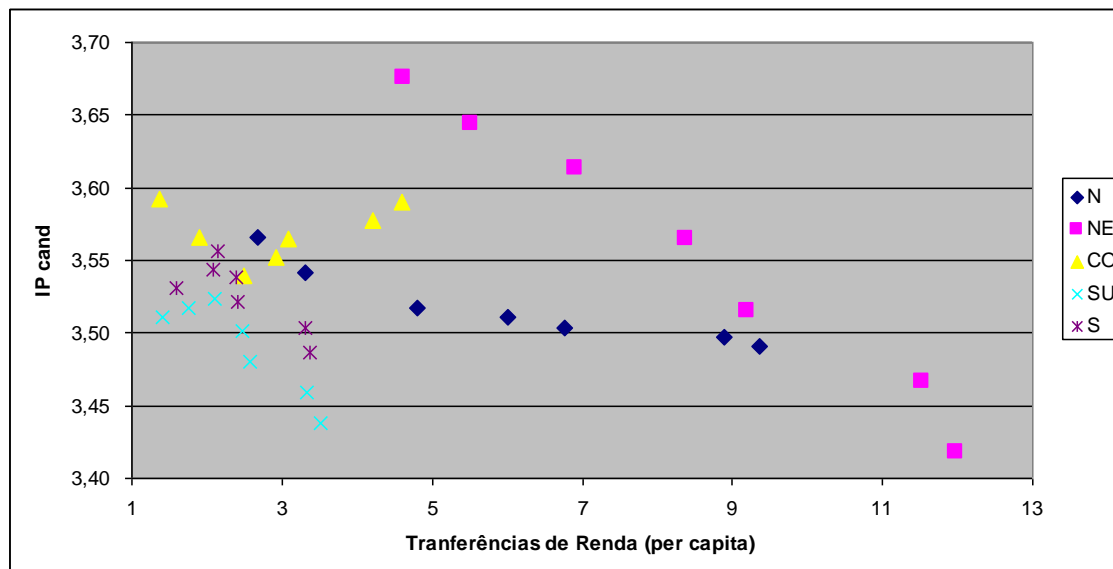
Fonte: SENARC/MDS. Microdados do Cadastro Único de março de 2010 e da Folha de Pagamento de abril de 2010.

*IBGE: Censo 2010

Em números absolutos o aumento na renda de cerca de 12,5 milhões de famílias, sendo que o total de eleitores no país é próximo a 135 milhões, responderia a uma grande massa de poder político.

O impacto político parece estar correlacionado ao valor total repassado. Isso é observável no Gráfico III, no qual se demonstram o valor relativo recebido em relação à população e a variação do IP cand durante o período de 2004 a 2010.

Gráfico III – Variação da IP candidato e Transferências de Renda per capita região: 2004 – 2010.



Fonte: Ipeadata, IBGE e autor

Os achados demonstram que existem diferenças regionais importantes na aplicação do PBF. Sendo a região Nordeste a mais beneficiada (distribuição mais a direita). Seguida pela Norte e Centro-Oeste, e as regiões Sudeste e Sul, grosseiramente, juntas na última posição.

Nota-se que a distribuição de benefícios concorda de maneira bastante similar aos resultados eleitorais. Assim quanto maior a transferência devido ao PBF maior o deslocamento dos votos para a Esquerda, ou seja, para partidos de características redistributivas.

A região Sudeste a qual, aparentemente, a variação do índice foi decorrente de fatores outros além da transferência de renda com uma redução elevada do IP cand sem uma correspondente elevada transferência.

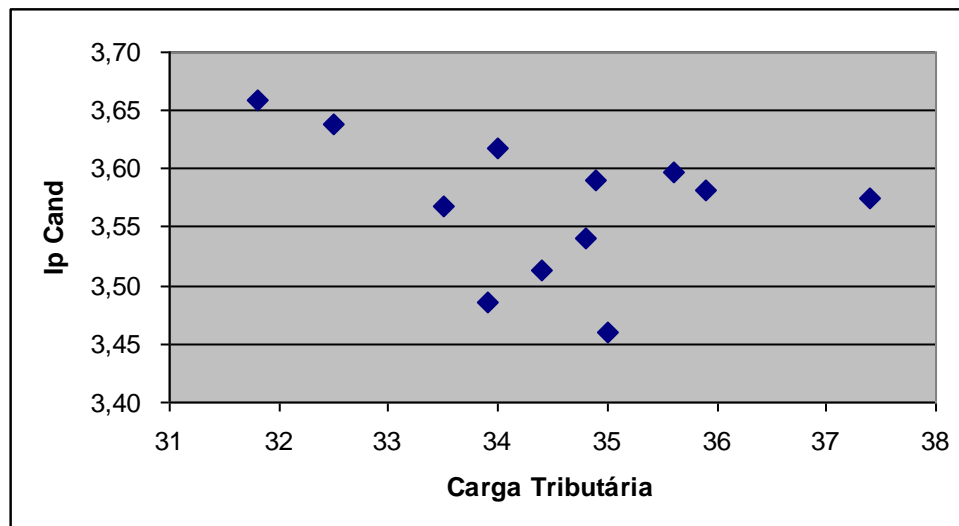
Pode-se afirmar que o eleitorado concorda com o direcionamento das políticas redistributivas apoiando o seu prosseguimento ao longo do período.

Pode-se questionar nesse processo se a política redistributiva nacional teve impacto sobre o eleitor mediano ou se ela apenas elevou a renda da classe abaixo dele. No primeiro caso seria esperado que com o aumento da sua renda a demanda política da sociedade se alterasse, dessa vez em busca de políticas pró-crescimento. Enquanto que no segundo caso o enriquecimento de classes inferiores, sem alterar a posição do eleitor mediano manteria a demanda política por distribuição de renda.

No caso nacional a tendência das votação é no sentido de exigir uma políticas distributivas ainda maior, indicando que a população percebe a melhora das condições e ainda não é uma política esgotada.

Tal comportamento poderia suportar a tese distributiva dos impostos. Uma das funções do setor público na economia seria a função distributiva (junto com a alocativa e estabilizadora), na qual o governo teria como objetivo reduzir as desigualdades de renda pessoal, entre setores ou regiões econômicas do país. Há várias maneiras do governo executar essa política, dentre elas encontra-se a tributação sobre a renda e, no caso aqui estudado, as transferências de renda direta a classes mais pobres.

Gráfico IV – Variação do IP candidato e da Carga Tributária Nacional de 1998 - 2010.



Fonte: Ministério da Fazenda e autor.

Como observa-se no gráfico IV a oscilação da carga tributária nacional durante o período não foi grande, cerca de quatro pontos percentuais. Entretanto sua correlação com o IP cand concorda com o conceito de função distributiva do governo, ou seja, elevações dos impostos promovem um direcionamento a políticas de distribuição de renda.

No trabalho de Rocha (2002) há uma discussão sobre a diferença da função distributiva entre o imposto sobre a renda e as transferências. Afirmando que no Brasil, devido ao caráter regressivos da tributação nacional seu impacto distributivo é negligenciável, por outro lado as transferências diretas são eficazes para combater a desigualdade.

A diferença entre os dois achados, aqui e o de Rocha (2002) pode estar no período avaliado, uma vez dos aumentos dos investimentos em gastos sociais promovidos pelo governo Lula a partir de 2003. Contudo isso não exclui a uma possível melhora do mecanismo de tributação nacional através de um mecanismo mais progressivo.

CRESCIMENTO E DESIGUALDADE

O trabalho de Kuznets (1955) trouxe uma nova contribuição a análise de distribuição de renda e renda per capita. Apesar da poupança e investimento em capital ser mais presente, ou somente presente, nas classes mais ricas e gerar um processo acumulativo, isso, no decorrer do tempo, parece se reverter. Sociedades tidas como desenvolvidas apresentaram níveis de crescimento acompanhadas, não por maior acúmulo de capital como se poderia pensar, mas ao contrário, por redução da desigualdade da renda.

Os países desenvolvidos apresentaram uma "(...) stability or reduction in the inequality of the percentage shares was accompanied by significant rises in real income per capita." (p. 8, Kuznets). O que o levou a conceber, teoricamente, uma relação não linear entre a distribuição de renda e a renda per capita, ou seja, crescimento da economia.

Essa relação representada pelo formato de U invertido demonstra a relação entre crescimento e desigualdade. Ela indica que a democratização pode levar a mudanças institucionais que encorajariam a distribuição de renda a favor da igualdade.

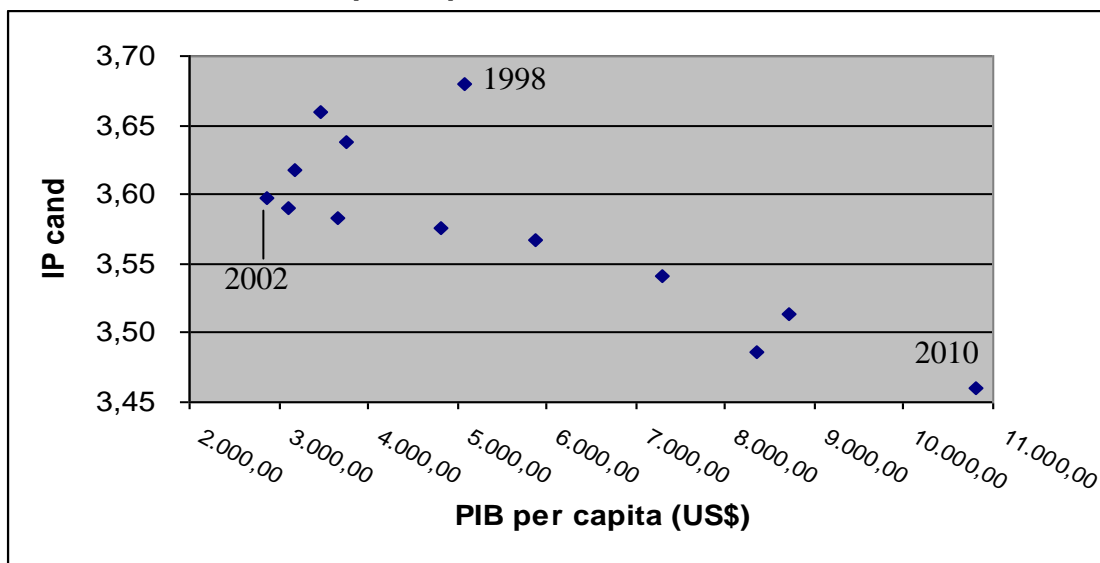
Para posicionar o Brasil nesta curva é necessário levar em conta os fatores aqui analisados. O nível de crescimento brasileiro sofreu uma inflexão após a estabilização

monetária em 1999, retomando uma taxa de crescimento positiva. Ela foi seguida de uma aceleração do crescimento ocorrida nos anos de 2003.

Esse processo de crescimento nacional associado às políticas de distribuição de renda apresentam uma correlação negativa. Quanto maior o crescimento, principalmente a partir de 2002, maior a busca por distribuição de renda. Isso é ilustrado pelo Gráfico V, sendo as datas destacadas para melhor entendimento da tendência do crescimento.

Ao se plotar os níveis de desigualdade social (Theil) com relação ao crescimento há pouca variação com relação ao Gráfico V, mostrando a similaridade entre o IP cand com o a variação de Theil.

Gráfico VI – PIB per capita do Brasil e IP cand 1998 – 2010.



Fonte: IBGE e autor

O aumento do crescimento é um evento multidimensional, entretanto parece haver correlação com as políticas de transferência de renda (PBF) aplicadas pelo Governo. Após o início de sua aplicação os níveis de crescimento nacionais atingiram os valores mais elevados.

Em um breve relato da história do crescimento do Brasil o período de Substituição de Importações se configurou como um período de crescimento e acúmulo de capital, com concentração de renda, de acordo com BARROS, HENRIQUES e MENDONÇA (1995). Em contrapartida o atual processo de crescimento que parece estar associado a uma redistribuição de renda, respondendo positivamente a este.

Assim o posicionamento nacional encontrar-se-ia na fase descendente da curva de Kuznets, uma vez que o crescimento respondeu a política de redistribuição de renda tal como previa. Além do que a redistribuição de renda ainda é uma demanda presente, sendo vista como alternativa para a manutenção do crescimento através do mercado interno.

Contudo a curva de Kuznets recebeu críticas referindo que ela demonstra uma parte apenas das distribuições de desenvolvimento pelo mundo. Casos de ditaduras que, em alguns países, essa curva pode assumir formatos distintos. Como no caso dos desastres autocráticos com crescimento e igualdade baixos ou nos casos do países do leste asiático com baixa desigualdade e elevado produto.

Entretanto de acordo com os resultados do trabalho aqui apresentado a demanda por reformas distributivas ainda esta presente sendo expressado pelo resultado das

eleições. Este resultado parece se manter para os próximos períodos acompanhado pelo crescimento advindo das condições favoráveis internacionalmente.

5. Conclusão

O estudo buscou mostrar a o processo de desenvolvimento da economia brasileira se faz, também, através de um direcionamento político da população que responde positivamente a mudanças nas ações governamentais de redistribuição de renda.

Os resultados eleitorais dos últimos doze anos apontam que a população apresenta uma forte demanda pela redistribuição de renda, via democracia. A cada eleição progressivamente a média do eleitorado se desloca mais a Esquerda, elegendo políticos de partidos mais favoráveis à diminuição das diferenças de rendas em detrimento daqueles partidos mais focados no crescimento nacional.

Esse processo é seguido por uma melhora nos níveis de crescimento nacionais, em especial nos últimos sete anos, coincidente com o fortalecimento de políticas distributivas pelo governo federal. Tal política ainda não dá sinais de ter sido exaurida. Embora o desempenho positivo da economia internacional possa ter tido impacto na decisão dos indivíduos.

Referências

ALESINA, Alberto; RODRIK, Dani. **Distributive Politics and Economic Growth**. NBER Working Papers Series, Working Paper No. 3668, 1991.

ARMIJO, Leslie Elliott. **Mass democracy: the real reason that Brazil ended inflation?** 2004. Disponível on line em: http://www.cgu.edu/include/SPE_Armijo_massdemoc05.pdf

BANERJEE, Abhijit V. e DUFLO, Esther. **What is middle class about the middle classes around the world?** December 2007, Disponível on-line: <http://ideas.repec.org/p/ess/wpaper/id1363.html>

BARROS, Ricardo P.; HENRIQUES, R.; MENDONÇA R. **A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil**. IPEA: Texto para discussão nº 800., 2001.

BARTELS, Larry M. **Partisan Politics and the U.S. Income Distribution**. Department of Politics and Woodrow Wilson School of Public and International Affairs, Princeton University, 2004.

BERKOWITZ, Daniel; JACKSON John E. **The Evolution of an Economic and Political Middle Class in Transition Countries** Annual Meeting of the American Political Science Association, Sept. 2, 2005, Washington, DC.

EASTERLY, William **The Middle Class Consensus and Economic Development**. *World Bank*, December 1999. Disponível on-line: <http://elibrary.worldbank.org/content/workingpaper/10.1596/1813-9450-2346>

EASTERLY, William. **Inequality does Cause Underdevelopment: New evidence**. Center for Global Development, workingpaper number 1, jan 2002 (revised jun, 2002).

ENGERMAN, Stanley L.; SOKOLOFF, Kenneth L. **Institutions, Factors Endowments, and Paths of Development in the New World**. *The Journal of Economic Perspectives*, Vol. 14, No. 3. 2000, pp. 217-232.

GALOR, Oded. **Inequality, Human Capital Formation and the Process of Development**. Brown University; Economy Department: Papers. Maio de 2011 Disponível em http://www.brown.edu/Departments/Economics/Papers/2011/2011-7_paper.pdf.

GALOR, Oded; ZEIRA, Joseph. **Income Distribution and Macroeconomics**. *The Review of Economic Studies Limited*, 1993.

IPC-IG – UNDP. **Transferência de renda como fator preponderante na diminuição da desigualdade social no Brasil: os efeitos do Programa Bolsa Família. 2008**. Disponível on-line: <http://www.ipc-undp.org/publications/mds/4P.pdf>.

KUZNETS, Simon. **Economic Growth and Income Inequality**. *The American Economic Review*, Vol. 45, No. 1. Mar., 1955, pp. 1-28.

LEVENTOGLU, Bahar. **Social Mobility, Middle Class and Political Transitions**. 2007.
Disponível on-line:
<http://www.duke.edu/~bl38/documents/unpublishedpapers/middleclass2007.pdf>

NASCIMENTO, E. R. **Gestão pública**. São Paulo: Saraiva, 2006.

ROCHA, Sonia. **O Impacto Distributivo do Imposto de Renda sobre a Desigualdade de Renda das Famílias**. Revista Pesquisa e Planejamento Econômico PPE, v.32, n.1, abr 2002.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística www.ibge.gov.br

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada www.ipeadata.gov.br

Tribunal Superior Eleitoral www.tse.gov.br